

# FANTOCHES

BASTIDORES DA POLITICA E DOS NEGOCIOS

DIRECTOR E EDITOR

**ROCHA MARTINS**

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO, Rua do Alecrim, 65 — LISBOA — Telefone 2440 - C.

## Os despojos do Infante D. Afonso

**Um príncipe lisboeta — O exílio do infante —  
Madame Chapman e Sua Alteza — A exhibição  
da dôr — A descoberta dum negocio — A desi-  
lusão dos portugueses**

O infante D. Afonso, cujo espolio se tornou objecto de larga discussão, foi o mais português dos príncipes e o mais infantil dos homens. O que acabo de saber dos últimos anos da sua vida, desmanchando aquilo que me habituára a acreditar, faz-me lembrar esse filho de rei como desde a meninice estava costumado a vê-lo, agitando o chicote, passando como um vendaval a guiar os seus cavalos, a boina espanhola na cabeça, os loiros bigodes direitos e crespos como os do seu grande avô Vitor Manuel, namorando — é o termo — as meninas que o esperavam a horas certas nas janelas, babadas para esse mocetão formoso, ignorante e brusco que consubstanciava, a um tempo, a raça nacional e a brigantina.

Do *galantuomo* italiano não herdára mais do que a bigodaça, embora de colorido diferente, não guardava a gentileza e a graça do guerreiro nem tampouco o seu ímpeto, a sua decisão. Tinha sentimentalismos de lisboeta, aiava fados, com frequência esquecia-se de que era general e, apesar dos seus brados de *arreda*, atirados aos que se metiam na frente dos seus carros e mais tarde dos seus automoveis, o povo amava-o tanto como a D. Maria Pia, a mãe tão ciosa dêle que jámais o quizera deixar.

Rainha da beleza e da magestade, magnífica e gracil soberana entre as mais grandiosas da sua estirpe, mulher mais de nervos e de caprichos

do que as outras, ela, tão solene e tão Rainha, só para aquele filho tinha intimidades de mãe do povo, beijando-o, acarinhando-o trazendo-o na roda das suas saias esse príncipe de mãos enegrecidas pelo arranjo dos veículos, esse turbulento de sempre a quem uma mulher — a D. Maria de Melo, a loura endiabrada — quis chicotear em Ajuda e pelo qual os operários, os soldados, a população tinham um grande íraço.

Por falta de verba no orçamento real ficou solteiro o infante e êle, que teria sido um bom marido, continuou como um rapaz a divertir-se, fugido da côrte, todo popularesco, amando as que se lhe davam e as que se lhe vendiam e, iscado num desses males de fêmeas, começou a decaír, a perder os arrancos, a demudar, a embranquecer, a encarecar, longe, bem longe da sua antiga esbelteza que embriagava as mulheres desde as altas damas, de que fazia pouco caso, até a essa formosa Angelina — a vendedeira de laranjas da Boa Hora — que se lhe entregou, como um régio presente, a virgindade cobiçada pelas virilidades de um bairro inteiro.

Quando foram varados à bala, no Terreiro do Paço, o irmão e o sobrinho, já sua alteza não era o mesmo homem e quando se aventava que êle rondava as Necessidades de noite para defender o reisinho, era uma baforada romantica que se emprestava à sua personalidade, um desses desejos, vindos da turba, o qual não queria perder o seu príncipe, maravilhoso, a seus olhos, valentão, jogador de pau, discípulo do José Maria Preto no dedilhar da banza.

A república, ao proclamar-se, demoliu o resto da legenda do infante que não se bateu e devia andar à tôa por esse mundo após a morte da mãe que, semi-doida, párecia já uma caricatura de rainha. A linda ruiva, a magestática, a altiva, a caprichosa era agora uma mulher velha de face engelhada, de olhos empelhancados, demolida, esmagada, entrapada em maus trajos, usando chapéus peores dos que outrora atirava fóra e se alguns caprichos tinha era o de regar as flôres dos seus tapetes cantando baixinho.

Foi para o exílio com uma trouxinha, dois pães saloios atados num lenço, e com uma frase estranha na bôca de uma doida: «Para que ir embora? Para que ir embora?» E lembrava a outra louca, ancestrã dos Braganças, D. Maria I, levada ao colo para bordo das naus, quando chegaram os francezes, a bradar invectivas e a querer ficar no paço.

O infante, esse, mergulhou na proscricção como um ensaudado, o seu mal agravára-se, grandes falhas cerebrais o acometiam e quando a rainha morreu, êle começou a andar aos tombos, fugindo dos palácios italianos, não querendo residir em Inglaterra, sonhando só com Portugal que ficava longe e com as guitarras que lá, nessa Paris balburdienta, não tinham a doce e languida toada das que gemiam em Lisboa.

Foi então encontrado por madame Chapmann que o conhecêra outrora quando êle ainda envergava os uniformes e fazia em Paris a pan-

dega. Soube prendê-lo, ligar-se-lhe e um dia, querendo-o mais para si, desejando cobrir a sua dupla viuvez com uma corôa real, a americana, tornou-se a esposa de D. Afonso.

Acarinhava-se esse semi-tonto, babado, sem vontade, voltado para um infantilismo decadente, como a uma presa que se pôde amar mas que, sobretudo, é um resto de realeza à qual as filhas dos reis d'os porcos, dos petroleos e das enxundias valorisam em *dollars* enquanto não os põem ao balcão de companhias de seguros como fez a Stewart ao primogenito de D. Miguel.

Entrando na legação de Portugal em Madrid o principe português fa casar-se diante dos representantes da república; balbuciava as suas frases, acabrunhava-se, automatizado ou conduzido por uma vontade dominante, vendendo a corôa e a prosapia de parentê dos maiores reis da Europa talvez por caricias que sabiam bem ao seu desespero de orfão ávido de encontrar quem substituisse os afagos perdidos. E crível tambem que a sua inconsciencia apenas selasse esse consorcio.

Daí por diante jámais houve princeza com tanto alarde; um cabotismo, reclamado como as maquinas de costura, surgia por esse mundo e uma mulher, de idade avançada, de labios pintados, os olhos com pingos de kool, andava mostrando o marido de sangue real como um cornaca o seu bicho raro. Descendente de uma grande raça, primo direito do rei italiano, foi na Italia que mais o exhibiram e quando acreditavamos aqui ser uma paixão piedosa por esse destroço de realeza o que movia tais ternuras, e enalteciamos a mulher que se apoderára desse infeliz, mal sabiamos como tudo aquilo não passava de um preparativo de assalto aos despojos do tio de D. Manuel.

Madame Nevada Chapmann, tornada duqueza do Porto, não morgânica mas legitima, mercê de funcionarios republicanos que reconheceram titulos ao principe gágá, dentro de uma legação, quis arvorar mais tradição e chamou-se duqueza de Bragança; açambarcou o tratamento de alteza e, julgando-se uma real princeza de sangue, ela mostrou-se, por toda a parte, ao lado do esposo demolido, perto da paralisia geral, em poses teatraes.

Em Portugal sabia-se que alguém se dedicára ao infante e abençoava-se essa pessoa mal sabendo — como agora se demonstra — o que foi a exposição de um destroço de raça real nos braços de uma exhibicionista.

A viuvez tornou-se um espetáculo. Lisboa soube que chegára a Chapmann, que vinha muito comovida, chorava a memoria do esposo, e não queria nada dos seus bens, pois apenas ambicionava respirar nos logares onde êle vivêra, tocar os objectos que lhe tinham pertencido, e, ao mesmo tempo, pedir à república um cantinho no Panteon para esse pobre principe tão amigo da sua patria. Consentiu-se que fosse enterrado

com honras de general de divisão e o cabotismo, nesse dia, transpuz os limites. A indignação rompeu em certas almas.

Eu jámais quis conhecer madame Nevada que bastante me solicitou; fui gentil, a meu modo, com a mulher que julgava desinteressada, mas uma repugnancia profunda subiu em mim, ao ouvir que a americana tomára o nome de Maria Pia.

Mal sabia essa rainha de encanto, essa filha de Vitor Manuel, que a usurpação do seu nome, tão sonante de graças para os portuguezes, devia um dia embrechar-se numa *mistress* de aventura.

Sim, porque diante dos passeios pela Europa, dos funeraes em que véus de viuva oscilavam ao vento e se exigiam protocolos — Chapmann queria ser tratada como autentica princeza — ainda se podia duvidar.

Agora não. As exclamações da que julgavamos apenas excêntrica no seu amor, o que se lhe perdoava ante o nome do desditoso infante, são a denuncia do seu plano meditado.

— E agora fico sem nada! bradou, ha dias, no arranco de uma consciencia onde calculadamente se aninhara o interesse.

E vejo-a, então, já sem o sentimentalismo de uma grande dama amorosa querendo tocar docemente nos objectos guardados num palacio real e que pertenceram a um ente amado.

Agora sigo-lhe os passos. Ela, nas salas d'ajuda, não fazia uma evocação de sombras mas um inventario, não ia numa peregrinação mas numa analyse, não era uma viuva desolada e romantica mas uma fêmea de *business* apalpando a negociata e querendo descer até à minucia chamando aos aposentos da magestosa rainha, à qual extorquirá o nome, os quartos da sua sogra.

Então todo o romance de amor, toda a novela déce e terna se esbarronda, se entenebrece e compreende-se como o infante, tão docil no fim da sua vida atribulada, cego dalma, levado por um braço forte, parecesse protestar, além da morte, não querer vir para o Portugal tão amado como se o seu espirito, liberto da materia, sentisse que iam explorar a sua tumba, a sua gerarquia, a recordação deixada nas almas portuguezas.

Lembram-se, decerto, como levou semanas a chegar o seu cadaver. Temporaes bastos sacudiram o *Patrão Lopes*, onde vinham os restos mortaes do principe, dentro da urna aquele corpo sacudia-se e assim, de porto em porto, de tempestade em tempestade, indo até Argel, e fundeando em Bizerta, cá chegou, enfim, o féretro para a cerimonia onde só uma pessoa gosou mesmo a derramar as lagrimas pelo rosto pintado, madame Chapmann, duqueza do Porto, pois até os da república a tratam assim como se na legação de Madrid a tivessem titulado e reconhecido com os selos do consorcio.

Imaginou-se que uma doce e suave amisade dictara os pezares, guiara todos os passos daquela que se aproximára de D. Afonso e o tornára seu

marido, e, no fim, passando como um vento cortante numa tarde serena de luz, junto a aguas azuis e quietas, sibilando como uma pedrada no meio de uma boda, aparecerem as reclamações dos bens de sua alleza, os quadros, as perolas, os brilhantes — existentes talvez apenas na imaginação da viuva — porque o infante era pobre. Mas suponhamos que eram objectos de arte, quadros, moveis, esmeraldas da India, magnificencias, recordações de seculos de realleza; pense-mos que todos os bens dos avós ao principe pertenciam, que nesse palacio da Ajuda estavam ainda as joias de D. Maria Pia — as quais ella empenhara e em leilão foram vendidas —; imaginemos que estes bocados de ouro com dedicatorias da mãe ao filho, trechos valiosos e intimos, ali estão sob os olhos da singular herdeira do infante. O que quere? Leva-los de Portugal?!

É necessário que isso não aconteça por decencia nossa, da nação.

A república exilou os reis mas foi correcta com elles; baniu-os mas não os expoliou; não sequestrou bens, nem negou objectos do uso real. Dizem que receou reclamações inglezas. É falso. A Inglaterra é cúmplice do regimen que ajudou a fundar como se encarapuçasse um Cromwell no senhor Teófilo Braga. Pois bem. A república, dizia-me ha dias um homem que, tendo-se batido sempre pelo ideal, não aceitou nada do que é devido à sua intelligencia e á sua fé — Artur Leitão —; era elle que acentuava. A república não deve deixar sair de Lisboa nem uma dessas recordações do principe. Que chame a senhora e lhos compre em dinheiro do contado ao cambio do dia...

Ouviu-o e fiquei a pensar que certos amores só assim se podem pagar.

Não se desfalque, pois, a viuva de D. Afonso, que colocou sobre a morte desse avariado, desse demolido, algum dinheiro. Pague-se-lhe e que se vá embora depois do ganho, porque aos ecos da terra portugueza não soam bem, usado pela estrangeira ambiciosa e calculista, o nome doce, belo, caricioso de Maria Pia — que todos nós amámos — e a exhibicionista usurpou.

## O encarcerado Antonio Maria da Praça

**Uma carceragem illegal — Os amigos do regimen e o regimen das cadeias — O libertador do assassino de Sidonio Pais — Mas porque não prendem os outros? — O regresso à praça — A secular ingratição humana**

Durante vinte e cinco dias, pelo menos, esteve preso e incomunicavel um dos mais agitados chefes populares jacobinos, antigo vendedor de hortaliça, alçado até a um posto na policia do qual o demitiram. Trata-se dum homem conhecido por Antonio Maria da Praça e dele disse, em tempos, outro Antonio Maria, o da Silva, que prestara imensos serviços ao regimen. Diante dos factos compete analisar e situação em que se coloca esse elemento de tanto poderio republicano que até recebeu guias e salvos conductos para conduzir a logar seguro o assassino de Sidonio Pais. Quere dizer, o libertador dum grande criminoso jaz hoje em ferros ou, contra todas as leis, em carcere esteve vinte e cinco dias exactamente, como tambem contra todas as leis, continua à solta o criminoso a quem elle abriu a porta da prisão, desse hospital de loucos para onde — decerto já, os conluio à espera da revolta — o tinham mandado com medo de suas declarações.

Se neste país houvesse opinião publica não seriam possiveis estes dois factos e ainda menos os que lhes deram motivo. Porque esteve preso Antonio Maria da Praça? Quais as razões da sua tão longa incomunicabilidade? Quais as leis evocadas para assim o sequestrarem? É preciso apurar claramente porque se gerou esta ordem, este atropelo, este ataque às bases fundamentais da Constituição? O que se procura arrancar, como confissão, a este preso? Naturalmente, o que seria logico, a do logar onde está o assassino de cuja libertação foi o auctor. É possivel, até, que, para justificar o injustificavel — tantos dias de prisão sem culpa formada — se evoque essa razão maxima. Nesse caso, se é por isso — o que duvido — deve o governo mandar já enclausurar aqueles professores, notarios, bachareis, o irmão dos Rodrigues, dominadores do regimen, que subscrevem largamente para o sustento do matador. Eles sabem melhor do que o Antonio Maria da Praça, o sitio, o fojo, quero dizer, onde se alberga o que querem alçar à categoria de prestimoso cidadão porque, assassinando, restituiu os empregos a um chorrillo de incompetentes que se esfalfam a dizer-se republicanos.

Não deve, porem, ser aquele o motivo do atropelo da lei — contra o

qual protesto tanto como se o recluso fosse meu correligionario — ; casos de maior monta, não para a moral mas para a politica, do chefe do governo devem existir para se determinar fazer do antigo amigo dos dirigentes a sua victima e a embastilha-lo como um vulgar reacionario.

O que se quer desse homem?! deviam os jornais perguntar de todas as politicas — O que sabe êsse homem? Que segredo tão grande possúe êsse jacobino que levam os seus devedores a roubar-lhe a liberdade por êste meio? Deve ser muito poderosa a sua força reveladora ou muito valiosa a sua influencia de revolucionario para assim o guardarem sem ao menos o fazerem arejar até Angra — a do Despotismo — como succedeu já a tanta gente. Parece que o querem ter ali à mão, debaixo de olho, apertado nas paredes, enjaulado ante o caro silencio dos jornalistas, dos deputados, dos senadores, destes a quem o Antonio Maria da Praça ajudou a subir, a instalar, a ser gente.

Quando êste homem sair da prisão, porque fatalmente ainda ha-de gosar da liberdade, a não ser que, nostálgico, se suicide — como succedeu em França, ao cúmplice de Caillaux e pôde acontecer ao *Dente d'Oiro* em Portugal — ha-de sentir bem no seu intimo aquilo que o Jeronimo da Fiação, o velho morto de miseria, me dizia àcêrca da ingratição humana e, talvez, caindo em si, numa meditação larga, profunda e proveitosa, previa aos baldões da politica a sua existencia antiga diante dos nabos frescos, das couves repolhudas, naquele balburdiar das manhãs saudaveis entre pregões, ralhos, vozes, no grande mercado, no trabalho.

Os seus segredos, as suas aventuras não interessarão mais ninguem; poderá dormir socegado e à policia só dará contas quando tiver que pagar alguma multa.

Pois não é realmente dum flagrante desagradecimento êste atentado que nos ferê a todos como cidadãos — e isso é o menos — mas, sobretudo, não é o cumulo da ingratição a falta dum protesto das duas pessoas que mais lhe devem no mundo: o senhor presidente do conselho e o assassino de Sidonio Paes?

qual prestio tanto como se o recusa e logo se me corrimento — esse de maior moral não para a moral mas para a politica do chefe do governo de ventar exalta para se determinar fazer do antigo amigo dos direitas a sua victimas e a trahidilha como um vulgar reacionario.

O que se quer desse homem? Deviam os jornais perguntar de todas as politicas — O que sabe esse homem? Que segredo tão grande possua esse Jacobino que levam os seus levedores a robar-lhe a liberdade por esse meio? Deve ser muito poderosa a sua força reveladora do meio valioso a sua influencia de revolucionario para assim o guardarem sem se

## Quem é o chefe revolucionario de amanhã?

**Faz-se ou não a revolta? — Onde está o Político — Aspectos da sociedade portuguesa — O que pensa o povo — O autentico dellagrador da revolução — A grande tourada Nacional**

Ha quem tenha a opinião que as revoluções só podem ser feitas — neste momento — por ambiciosos ou por tratantes porque só estas duas categorias de cidadãos teem audacia. Imagina-se tambem que só um alto grau militar resolverá a questão realisando uma revolta politica, afim de substituir um partido por outro na governança e levando para as ruas as tropas debaixo de forma. Um nervosismo especil paira quando essas cousas se dizem e, adentro das suas casas, muito fechadinhos, os lisboetas conservadores gemem enquanto não louvam. Figuras popularizadas por movimentos anteriores arrastam as espadas e nos cafés politicos que pejam a capital, segredam-se nomes de provaveis conductores dessa acção a travar num dia, num mês, num ano mas latentissima, todavia, porque uma nuvem forte vai avançando, pesando como um capacete de ferro sobre as cabeças desvairadas da maioria dos portugueses.

Se me perguntarem da possibilidade duma revolta dila-hei inevitavel mas, por minha vez, quereria tambem interrogar. Que especie de movimento é esse que se apresenta alastrante como uma onda doce, ao começo, a espriar-se, que será amanhã encapelada e no dia proprio arrazadora? Se é um acto politico apenas, se ao som das cornetas se deseja substituir o senhor Antonio Maria da Silva por outro senhor, o melhor é deixarem-no estar com a sua experiencia de revolucionario, capaz até de inventar conpirações, como um Fouché, afim de esmagar adversarios, com as suas tendencias de conselheiro vermelho, com as suas amizades em todos os campos, o seu sorriso, o seu ultimo rim e a sua derradeira illusão. E' preferivel esse politico, que não castiga os preva-

ricadores que tornam a vida cara para só aos outros políticos, aos prováveis rivaes, querer submeter, aos prováveis sinaes e que sentindo o poder nas unhas sabe tanto o que ha de fazer dele como uma creança dum teodolito.

Arcar hoje, com a responsabilidade duma rebelião não é o mesmo que nos ultimos anos da monarchia em que uma delicada flôr ideal apparecia a todos os olhares e um sebastianismo, bem da raça, fazia latejar corações de altas esperanças. O acaso trouxe a victoria mas se tivesse chegado a derrota um sentimento de piedade e de ternura acompanharia os vencidos. Teria acontecido o mesmo no 5 de dezembro quando se odiava, profundamente, o afonsismo. Hoje não. O 19 de outubro é a prova de que uma colera enorme tumultua nas almas em virtude dos resultados dessa tentativa desordenada apesar de não se disparar um tiro. Ai das sedições que não sangram na hora do seu nascimento. São como os pequenos que nascem sem choros. Estão mortos. São como os velhos que nunca tiveram tempo para tropeliar e no fim da vida desvairam. Demonstrações de força não criam prestigios e militares, tilintando as suas armas, são forças inanes — embora o não pareçam — se não conduzirem consigo um político figuras ou, antes o *Politico*, deste momento, deste grave, deste singularissimo momento.

E onde está ele? Se o não tem é melhor deixar cair ante os nossos bocejos e os proprios o senhor Antonio Maria da Silva, quando ele muito bem quizer.

Não sei se sabem o que se passa na sociedade portuguesa? Vivemos em república sem as idéas, sem a applicação das teorias, sem a fé republicana. República para uns quer dizer: o seu mando; para outros a sua fartura. As mulheres, por aquele instincto de que o regimen lhes perturba a vida nos lares, ou a detestam ou desconfiam dele; a maioria dos burguezes acachapa-se, os mais audaciosos resmungam medrosamente no Chiado ou nas salas, os partidarios dos numerosos agrupamentos intitulados de politicos querem dominar na Arcada só para se mostrarem. Ninguem tem ventade firme, espirito disciplinado ansias de sacrificio, mas sim desenfreado, e quasi vil, amor ao bem estar. Ha quem se meta em revoltas para arranjar emprego e casar-se. E' uma aventura; é um golpe como no roleta.

Atravessa-se o país e apenas se vê gente descontente, pessoas que desejam trabalhar e as quais se tolhem os movimentos e, sobrenadando, empoleirados nos seus milhões ou por detraz dos seus cofres comprando consciencias, fazendo deputados e alugando penas de jornalistas, e por vezes braços homicidas, uma plutocracia triunfa, suga o sangue aos que trabalham. E' a classe média a verdadeiramente esmagada e cala-se porque lá por usar gravata não se quer misturar com os descalços. E ha-de ser pulverisada — espero-o e ninguem o póde evitar — entre o ca-

martelo do plutocrata e a bigorna do proletario. O exercito ou o agitam em sedições ou o desprezam pela sua disciplina mutilada pela desorganisação de todas as outras camadas. Não se pode fazer um bom soldado de quem jamais quiz obedecer. E em Portugal quasi ninguem se submete, isto desde as escolas aos leitos de agonia, onde ainda se clama contra o padre.

Rumoroso perturbado na sua essencia, que era boa, resta o povo. Esse, povo, não é republicano. E' um anarquista sem principios àvido de gosar a vida. Ele já sabe como se chega; já viu gente da sua camada alçar-se ao maximo por todos os meios. Quere viver; não espera senão a sua vez. Na sua frente não lhe tomam o passo, agitam-se desafios. E' o grande boi na praça colossal. Um farrapo vermelho — o deslumbramento das riquezas feitas na vertigem — cega-o; metem-lhe as farpas — as garrochas da carestia, a insolencia do mando, a brutalidade do despreso pelo seu labor — e espicáçam-no.

Eis o começo da corrida mas ai dos magnificos toureiros luzentes de ouro. A fera aparecerá como nas horas de todas as nações onde se produziram fenomenos semelhantes e o seu sangue inundará a arena com o dos lidadores. E' assim. Creia-se na victoria, efémera, embora, do touro do divertimento a cujas carnes ainda se quere cortar polpudos bifes. O que espera? Que alguém faça uma revolução sem fins e sem metodos para ele, louco e desvairado, mostrar que impõe as suas bandarilhas como um estandarte e os seus mugidos como uma proclamação.

Quem ha aí que se atreva a tomar a chefia desse movimento, que será da rua se não evitarem que ele se manifesta na sua eclosão, brutal porem logico imensamente natural?

Quem quer ser o chefe?

Ninguem com serenidade para reflectir, com raciocinio para meditar, com espirito para compreender, educação filosofica para os resultados — e sem isso não ha chefes mas bonifrates — se atreverá antever a um passo tão perigoso, a não se tratar de um louco a julgar-se iluminado d'um patife a nanar-se para a patria ou dum ambicioso que ao poder sacrificou o país.

Então, não haverá revolta? Sim; haverá. Mas o chefe? Ele não aparecerá, pelo menos digno desse nome na hora presente, não virá fazer a parada das forças nem tampouco deflagrar o movimento. Pode aparecer um vago conductor de homens que ha-de ser subvertido pela turba. Mais nada; é assim porque se ha quem faça as revoltas não existe quem saiba aguentar, depois, os seus efeitos.

De resto, quem gera as coleras de que saem as convulsões armadas não são os politicos. Em Portugal é a plutocracia hoje, como hontem foi a demagogia. Ha atmosfera para se dar tiros; disparam-se. Depois juntam-se os interesses, acalentam-se negocios, partilham-se fatias e a

fauna dos exploradores continúa num fraternal abraço com os revolucionarios. Quem cria a revolta é a ganância; ela continuará; quem a provoca é a febre do lucro, ele, não abrandará, quem nos atira para a rua é a ansia de ganho ela não falecerá embora, pelo acaso duma bala, fique aí um ou outro cadaver na porta dalguma residencia famosa. O chefe da revolução já existe deste modo. Chama-se Plutocracia. O outro, o que deve consolidar a victoria, oh! esse, ainda não nasceu para a politica nova que é necessario iniciar, Tem que ser um honesto, um sabio e um justo. Onde está ele? Onde? Digam-me, que eu saberei obedecer-lhe. Póde pois continuar no poder quem não sendo nada disto não resolve o problema nacional mas à força de mover tropas, acabará por se cansar e ir-se embora para apparecerem outros até que, no redondel, já não caibam mais lidadores.

Então, ao soltar-se o bicho, porque fatalmente arranca veremos se, mesmo em massa, serão capazes de o pegar, forçados da inconsciencia hoje, forçados à defeza da vida amanhã, quando, a corrida tragica se der sem direção, ao acaso do fenomeno ante tanta capa desafiante no seu vermelho da sangue e no seu debrum de oiro e de tantos rojões embebidos tambem na sangueira, mergulhados na grande dôr.

## D. Miguel de Bragança, agente de seguros

**As responsabilidades dos príncipes — As raças soberanas ante os princípios — Os negocios e os brazões — As taboletas e os escudos — D. Miguel I e o seu neto — Os deveres do sangue real**

Acaba de falecer em New-York, victimado por uma pneumonia — dizem as gazetas — o empregado da agencia de seguros Jonh Paige & C.<sup>o</sup>, D. Miguel de Bragança.

Dizem que era muito pontual no serviço e que recolhia as apolices com um ar tão yankisado que mais parecia nascido para o negocio do que à beira dum trono.

Julgar-se-ha que aboimno a memoria desse principe que se empregava no comercio. Não. Apenas constato que a America já não paga só os titulos reaes quer tambem ter ao seu serviço principes caixeiros.

Claro que o prestigio da realeza sai diminuído de toda esta decadencia do solio para o balcão mas os tempos vão duros e não devemos esquecer que Luís XVIII deu lições de matematica, no exilio, para garantir a subsistencia. É melhor lidar do que escrocar, porem, os principios sofrem desde que um ser de raça real, usando o seu nome, o seu titulo, desce a um mister.

Certa vez, tratando da Maçonaria, em assembléa magna, eu dizia que ela perdera o seu prestigio desde que tuteavamos os maçons e os sabiamos bons tipinhos incapazes de manejar o punhal na treva, embora alguns deles fossem, muito dextros em envenenar com os generos, na sua qualidade de comerciantes.

Pois os reis são como a sociedade secreta. Desde que andem muito à vista começam a desbotar nas nossas imaginações.

Não concebo um principe a vender apolices ou laranjas, sem primeiro deixar de o ser. Em vez de usar o nome da sua raça deve fazer com êle um pseudonimo ou repeli-lo e depois negociar, mover-se, livre das suas responsabilidades para com o passado. Dir-me-ão que sua alteza renunciara a um trono. Mas não se despojara duma hierarquia e eu não posso vêr o descendente de D. João VI num *guichet* como não percebo uma rainha a pedalar numa Singer.

A realeza deve guardar todos os seus atributos ou demitir-se; deixar os seus pergaminhos de soberania de povos aos do negocio que tambem se titulam de reis.

A primeira qualidade duma personagem de sangue real, caída na miséria ou no exílio, deve ser a da alta linha, a da atitude para que a instiuição que representa não sofra com as suas tortuosidades. Jamais um príncipe póde abdicar dos seus preconceitos sem negar a essencia da sua raça, o direito divino das velhas realezas no qual os povos já não acreditam mas que aos olhos dos descendentes dos grandes soberanos deve ser como a razão da propria existencia. A um rei ou a um príncipe no exílio ou na pobreza compete ter maior dignidade, mostrar mais as qualidades dum chefe do que no poder, preparando, atravez de tudo, o seu regresso ao mando. Jámais póde reconhecer-se inferior. O rei é a propria monarquia; os príncipes do mesmo modo a representam embora numa particula menor. Vêr um principio, um sistema, uma personificação tradicional a vender seja o que fôr, desde comendas como o rei Cristiano, de Daudet, até apolices como este D. Miguel, da Jonh Paige & C.<sup>o</sup>, é caso para meditar.

Dizia o senhor João Chagas que se visse um rei ao pé, sentiria tremer as pernas e as convicções. Como se sabe s. ex.<sup>a</sup> é republicano. Pois bem, eu se visse um príncipe a receber clientes, por detraz duma rede metalica, sentiria vontade de lhe perguntar se usava um alcunha, se aquele nome, na verdade, lhe pertencia.

São muito utilitarios os tempos para se romancear na vida, é o que se deduz de todo este despenhar das tradições como na derrocada inevitavel dum velho e preconceituoso mundo. Antigamente os filhos dos reis só podiam casar na sua hierarquia; agora já vulgares viscondes se consorciavam com princesas como a de Inglaterra, e simples condes, sem pinga de sangue real, se matrimoniavam com netas de grandes soberanos, o que succede na união da princesa Yolanda de Italia. A casa de Austria — a mais orgulhosa do seu sangue real — deu o exemplo e o mundo assistiu, pasmado, à deserção dos Habsburgos da sua fila, da sua gerarquia, das suas situações privilegiadas. Eram príncipes que se demitiam e usando nomes supostos, ou iam esconder os seus amores nos pampas, como Jean Orth, ou na Suissa como seu sobrinho, o arquiduque Carlos.

Parece, pois, terem sido os soberanos os primeiros a desdenhar dos seus direitos, ficando os ultimos nos tronos como num suplicio. É possivel que, dentro em um seculo, não haja mais memoria de se ter visto um príncipe autentico mas, enquanto isto não chega, continuo a não compreender nem a boemia dos reis no exílio nem um príncipe no balcão mesmo para ganhar a vida.

Seria muito mais belo atirar fóra, como um péso, essa resonancia dum nome secular, fechar nas malas a corôa, e, simples empregado, designado por Joë ou por Dick, fazer então, o seu grande negocio sem que os realistas sentissem o brazão dos seus respeitos tornado carimbo duma casa comercial.

Por êste andar, o príncipe D. Miguel, feito mercante, americanizado, chegaria, na loucura dos milhões entontecedores, a ser chefe duma firma e a Europa saberia existirem em New York, barrando um desses *gratteciels* formidaveis, milhares de taboetas onde se podia ler, por exemplo:

*D. Miguel de Bragança & C.<sup>a</sup> — Comissões e Consignações* ou então *Príncipe de Bragança, Limitada, Ship Shandler*. Seria um reclamo original e talvez um desses manejadores de milhões, da livre America, o tivesse aproveitado se lho tivessem sugerido.

Os homens do povo são mais felizes do que estes grandes da terra,



## Os dois grandes Exploradores dos Batoteiros

**Um grande pai e um grande filho — A b tota  
a saque — O misterio da prohição do jogo —  
Uma sociedade rendosa — Alvitres sobre o caso  
— As digestões e os restos**

Agora compreendi. Não foi uma questão nem de moral nem legalismo que levou o sr. governador civil a mandar fechar as casas de jogo. O excelente jornal, que é o *Diario de Lisboa*, o narra sem poder calar o seu pedido duma investigação severa ao acontecimento, á pouca vergonha, digamos assim, ao contarmos a historia.

Era uma vez um pai—cujo nome não descobri, de contrario aqui o colocaria—que tem uma grande influencia na republica; naturalmente não se batera nunca e daí o grangear alto dominio. Ora esse cavalheiro tem um filho—bem empregado no Conselho Superior de Finanças—e de cuja graça tambem não sei, mas se a descobrir aqui se publicará.

Amigo das tresnoitadas tertulias dos *clubs*, o galho do prócere perdeu dez contos e logo, o auctor do infeliz jogador, vociferando e ameaçando, entrou pelos gabinetes dos ministros, do governador civil e dos mais altos cargos, explicando que a opinião publica estava irritadissima porque o seu rapaz perdera dez contos e isso não podia ser! Tornava-se necessario fechar as batotas, sem o que a sua voz poderosa e sem duvida a publica opinião—coisa que em Portugal é um *vol-au vent*—arrasaria o governo.

Intimidado, o presidente do conselho consentiu; o governador civil acatou a ordem e daí a sua circular declarando não poder sustentar mais os asilos que vivem duns exiguos cincoenta contos arrancados ao vicio quando se lhe podiam tirar milhares desde que os donos dos *clubs* não recebessem quasi tudo. E' caso para se fazer, á volta deste programma, uma revolução completa.

Chegara a vez aos batoteiros de sentirem os viveres cortados; havia já quem pensasse em ir jogar para Monaco, quando nas Pedras Negras de Angóche se podiam fundar uns casinos, e deliberaram, os dos *clubs*, em assembléa, dar outra vez o dinheiro ao rebento do politico grandioso e omnipotente com a condição de se consentir que eles roubassem outras pessoas, ao som das musicas e sem regulamentação.

O rapaz é esperto; é filho dum grande influente que lhe transmitiu decerto os talentos e começou a ver um negocio naquilo que, ao começo não passava duma desgraça.

—Que não... não queria!... Acabara a sua carreira no jogo.

Agora era só do Conselho Superior de Finanças... Deixassem-no

—Que lhe davam vinte contos... Que impatara mas curara-se do vicio...

—Que lhe davam vinte contos... E ele, que não.

Cada vez acenava mais com a cabeça a desengonçal-a, a recusar, sufocado ante as quantias que ouvia em oferta: trinta, quarenta, cinquenta...

Meio desfalecido, voltou-se para os exploradores da roleta, para os cavalheiros da baixa banca—os da alta ainda não lhe dão confiança—e declarou:

Rapazes! Eu sou muito vosso amigo... Creiam que sou... Que diabo...?! Não se perde assim a amizade por uma porcaria. Depois os Clubs são tão precisos como a Carbonaria... Amigos, eu cedo mas só se lôr por setenta contos...

Quotisaram-se céleres, os da jogatina e entregaram-lhe o dinheiro. numa venia profunda, como quem oferta incenso a um idolo do qual depende a sua sorte, e, ao que parece, a dos asilados de Lisboa onde autoridades não teem a coragem precisa para pôr o dilema: regulamentação ou proibição.

Radiante, o venturoso tronquinho da figura poderosissima que tudo isto conseguiu, deliberou de certo continuar a jogar e cada vez que perder sacar na proporção.

Ora o que se julga um favor da policia, do governo, do chefe do ministerio não é senão uma maneira de acabar com os lucros dos batoteiros. Passa a recebê-los o ditoso filho de tão grande pai, dele e da patria. Poderiam até fazer uma sociedade neste sentido de arrancar lucros quando perderem ao jogo ou, então, arranjam uma avença pela qual os da batota lhes darão um rendimento forte. Os pobres, esses, não precisam. Já estão costumados aos pontapés da sorte e ás faltas de comida nas marmitas. Havia, porem, um meio de conciliar tudo, e aqui o deixo à ponderação de quem manda. Era meter estes dois cavalheiros no asilo, já que, crédo! não se podem ferrolhar na cadeia—e ali, recebendo os seus tributos do vicio, deixariam os restos da sua mesa e das suas digestões para os mendigos e talvez ainda sobrasse alguma cousa para o ministerio do interior que bem o merece.

